



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

**Sub-eixo:** Relações Patriarcais de classe, gênero e raça

### O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ/UNESPAR/CAMPUS PARANAÍ E MARCA FEMININA NA DOCÊNCIA

MARIA INEZ BARBOZA MARQUES <sup>1</sup>  
THAIS GASPAR MENDES DA SILVA <sup>1</sup>

**Resumo:** Apresenta a construção histórica do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Paraná, *campus* Paranavaí e a prevalência do gênero feminino na docência nesse âmbito. Discute a marca feminina na profissão desde a sua gênese e os reflexos na docência. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados evidenciam a necessidade de um processo de formação profissional que considere as variáveis de classe, mas também de gênero (e raça/etnia) como fundamentais, e não como discussões acessórias que não têm centralidade no processo de formação e constituição da categoria profissional.

**Palavras-chave:** Universidade Estadual do Paraná. Curso de Serviço Social. Docência em Serviço Social. Marca feminina na profissão.

**Abstract:** It presents the historical construction of the Social work Course at the State University of Paraná, Paranavaí campus and the prevalence of the female gender in teaching in this context. Discusses the feminine mark in the profession since its genesis and the reflexes in

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual Do Paraná

teaching. This is a bibliographic and documentary research. The results show the need for a professional training process that considers class variables, but also gender (and race/ethnicity) as fundamental, and not as accessory discussions that are not central to the process of training and constitution of the professional category.

Keywords: State University of Paraná. Social Work Course. Teaching in Social Work. Female brand in the profession.

## **1. INTRODUÇÃO**

O texto é resultado de uma pesquisa realizada pelas autoras, acerca do histórico do Curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná, no *campus* de Paranavaí, com ênfase na marca feminina prevalente na docência desde a sua gênese.

Cabe esclarecer, de antemão, que a instituição preserva, em suas bases, a cultura herdada do sistema capitalista, que tem sua construção histórica marcada pela contradição capital/trabalho no contexto da sociedade patriarcal que designa uma formação social que reconhece o poder dos homens como hegemônico, tornando-se um espaço de disputa cotidiana pelo reconhecimento da necessária igualdade entre homens e mulheres.

Parte-se da compreensão dos desafios no âmbito do Serviço Social e do trabalho docente na área, que, no seu conjunto, e articulado aos projetos coletivos mais amplos, podem reforçar ou não as diferenças de classe, gênero, raça/etnia.

A discussão, fruto de pesquisa bibliográfica e documental encontra-se organizada em dois tópicos: o primeiro aborda o histórico da Universidade Estadual do Paraná e do *campus* Paranavaí. O segundo apresenta o processo de desenvolvimento do curso de Serviço Social e a docência nesse âmbito, demonstrando a prevalência das mulheres nessa construção, como consequência da marca feminina na profissão desde a sua gênese.

## **2. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR: UM CONTEXTO EM**

## CONSTRUÇÃO

No início, a Universidade Estadual do Paraná em Paranavaí, denominava-se Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA (Faculdade isolada). Teve seu estatuto aprovado através do Decreto Municipal n. 855, de 10 de novembro de 1965, e pelo Conselho Estadual de Educação, através do Parecer 1/66, de 07 de janeiro de 1966, foi autorizada a abertura de matrícula para os cursos de Ciências, Geografia, Letras e Pedagogia.

A FAFIPA, obteve seu reconhecimento através Decreto Federal n. 69.599, de 23 de novembro de 1971, publicado no DOU de 26 de novembro de 1971. Em 12 de dezembro de 1990, através da Lei n. 9.466, a FAFIPA foi estadualizada, passando a denominar-se Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí.

Em 16 de setembro de 1991, com a Lei n. 9.663, foi transformada em Autarquia Estadual, com o nome de Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí e foi transformada em Universidade pela Lei n. 13.283, de 25 de outubro de 2001, integrando a Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Paranavaí. No entanto, esse processo só foi de fato formalizado no ano de 2013, depois de muitas “turbulências” e negociações em âmbito local, regional e estadual.

Criada pela Lei Estadual n. 13.283, de 25 de outubro de 2001, que foi alterada pela Lei n. 13.385, de 21 de dezembro de 2001, a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) só foi formalizada no ano de 2013, portanto, é uma universidade relativamente nova, em processo de organização da gestão e da sua dinâmica geral, incluindo diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão. Incluem-se, nessa dinâmica, disputas de poder e relações sociais de coexistência entre grupos que estiveram à frente desse processo.

Até a decisão pela implantação da UNESPAR tornar-se um fato, ocorreram vários desdobramentos envolvendo um conjunto de forças políticas no Estado do Paraná.

No final de 2008 e início de 2009, cogitou-se realizar a fusão entre a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFIPA). Evidentemente a UEM encamparia os cursos da então FAFIPA, por ser uma universidade já consolidada. As lideranças se

reuniam<sup>2</sup> periodicamente. Havia posicionamentos favoráveis e contrários. No final, a discussão caminhou para a não fusão e, na época, iniciou-se uma discussão sobre a implantação de outro modelo de instituição.

No ano de 2009, houve nova discussão para a fusão UEM/FAFIPA, já no final da gestão do governo Roberto Requião (PMDB), que foi de 2007 a 2010 e antecedeu a gestão do governador Beto Richa (PSDB). Essa articulação fora conduzida pelo vice-governador, Orlando Pessuti (PMDB), que assumiu interinamente no final do governo. Orlando Pessuti convenceu lideranças influentes de Paranavaí e outras regiões a transformar um conjunto de universidades, incluindo o *campus* de Paranavaí, em Universidade Estadual do Paraná (UEPR).

No início de 2011, a ênfase dos discursos políticos era travada em torno dos benefícios que essa nova organização traria para as universidades que haviam sido agregadas a essa nova instituição<sup>3</sup> e no mesmo ano, logo após a posse do novo governo do Estado, todo esse processo foi desconsiderado e passou-se a negociar, entre forças políticas do Estado e das regiões específicas, a retomada da organização da UNESPAR, que havia sido criada em 2001, por lei própria. Assim, depois de várias negociações, em 2013 a UNESPAR passou a ter sede própria no município de Paranavaí<sup>4</sup>.

---

2 Notícia veiculada em um Blog bastante conhecido em Paranavaí, em 18 de dezembro de 2008: "Na manhã desta quinta-feira (18), várias lideranças de Paranavaí e região estiveram reunidas em Maringá com o reitor da Universidade Estadual de Maringá UEM, prof. Décio Sperandio, levando a ele uma carta de intenções para a fusão Uem/Fafipa." Disponível em <http://joaquimdepaula.blogspot.com.br/2008/12/fuso-uemfafipa-lideranas-de-pva-e-regio.html>. Acesso em 10/08/2022.

3 Extraído do site da UNESPAR/Campus Apucarana - FECEA: O governador Orlando Pessuti, o secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Nildo José Lübke, e o presidente da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, Zeferino Perin, assinaram nesta quarta-feira (20), em Curitiba, **a mensagem que substitui o projeto da Unespar pela implantação da Universidade Estadual do Paraná (UEPR)**. A mensagem será encaminhada à Assembleia Legislativa para aprovação dos deputados. A UEPR será a sétima universidade pública do Estado a ser implantada no Paraná. Ela irá agregar sete faculdades estaduais que serão transformadas em Centros Universitários. Nasce com 12 mil alunos, ofertando 2.204 novas vagas em 39 cursos no vestibular deste final de ano. O orçamento previsto é de cerca de R\$ 70 milhões e deve ser maior nos próximos anos. A sede da Universidade já funciona em Curitiba, em imóvel próprio do Estado. A instituição já possui 800 professores, sendo 80% mestres e doutores. (Grifo nosso). Disponível em <<http://www.fecea.br/exibir.php?a=view1&id=148>> Acesso em 10/10/2014.

4 O governador Beto Richa (PSDB) assina hoje o decreto de credenciamento da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), instituição da qual a Fafipa, de Paranavaí, fará parte. O evento será às 15 horas no Palácio Iguaçú. Trata-se de uma etapa importante do longo processo iniciado em 2001. O vice-reitor da Unespar, professor Antônio Rodrigues Varela Neto explica que o ato marca, de forma simbólica, o nascimento da instituição, atribuição do governador, com base no parecer do Conselho Estadual de Educação. Até então o que havia era um processo de formação que obedeceu a várias etapas. Agora o foco é a fase de consolidação, planejamento de médio e de longo prazo. A formação da Unespar começou a ser debatida em 2001. Na época a intenção era formar uma universidade com 11 faculdades isoladas. Porém,

Até então, os *campi*, que atualmente pertencem à UNESPAR, funcionavam como “faculdades isoladas”. Esse novo formato passou a exigir mudanças na gestão, tanto no que se refere ao contexto mais amplo, como em cada local, que precisou passar por adequações conforme as diretrizes da organização vigente.

Vale ressaltar que o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) elaborado e aprovado ainda em 2012, ao contextualizar a inserção regional da UNESPAR, menciona as mudanças em curso na educação no século XXI.

Como instituição social com especificidade educativa, a escola do início do Século XXI, diante das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, vem sendo convidada a repensar seu papel educativo peculiar, de modo a oferecer respostas às demandas originadas pelas mudanças tecnológicas. A característica marcante deste momento são as transformações técnico-científicas que desencadeiam aceleradas transformações sociais, diminuindo e/ou substituindo significativamente o trabalho humano. A revolução tecnológica atinge proporções mundiais, porém alcança de maneira diversa os países centrais e periféricos, impondo desafios de implementação de políticas econômicas e sociais, dentre elas as políticas educacionais, consideradas como essenciais à organização e estabilidade mundiais (PPI, 2012, p. 3).

O documento enfatiza as interferências dos organismos multilaterais que traçam políticas educacionais, visando ao atendimento de demandas capitalistas. Portanto, considera-se que o grupo envolvido com a construção do PPI tinha clareza da conjuntura adversa em que se instalaria a UNESPAR.

Os organismos multilaterais vinculados ao capitalismo<sup>5</sup> traçam políticas educacionais para os países pobres, visando atender às demandas do capitalismo nesse momento histórico, buscando a intelectualização do processo produtivo e a formação de consumidores (Libâneo, Oliveira e Toshi, 2007; Kuenzer, 2005; Galuch e Sformi 2011). Além disso, preocupam-se com outros fatos impeditivos do crescimento do capitalismo mundial, tais como a exclusão, a segregação, a marginalização social das populações pobres, consideradas como ameaças à estabilidade e à ordem dos países ricos (PPI, 2012, p. 4).

---

em 2006 o processo acabou desmembrado, com a formação de uma instituição com cinco faculdades isoladas (Jacarezinho) não contemplando a Fafipa. Durante os anos seguintes houve a tentativa de formar uma nova universidade, mas com a denominação UEPR. A retomada do projeto Unespar aconteceu em 2010, não sem antes uma série de debates, incluindo a possibilidade de fusão da Fafipa com a Universidade Estadual de Maringá - UEM. Desde 2010, com a manifestação da comunidade acadêmica majoritariamente pelo projeto da nova universidade, o trabalho por uma universidade autônoma tomou fôlego. Neste ano houve eleição de reitor e vice, iniciando outra discussão: a localização da sede da reitoria. Paranavaí venceu a batalha com outras cidades e conquistou o direito de sediar a reitoria, o que está em fase de estruturação. A Fafipa é o maior campus da nova universidade, com mais de 2 mil alunos apenas nos 11 cursos de graduação. Autoria: RIBEIRO, Adão. Jornal Diário do Noroeste de 04/12/2013. <Disponível em: <http://www.diariodonoroeste.com.br/noticia/cidades/local/53936-beto-richa-assina-hoje-o-decreto--de-credenciamento-da-unespar> > Acesso em 07/10/2014.

5Nota extraída do próprio PPI: Fundo Monetário Internacional (FMI); Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Organização Mundial do Comércio (OMC); Organização das Nações Unidas (ONU); Organização da ONU para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

O mesmo documento menciona as mudanças que vão sendo formatadas no contexto do capitalismo em processo de desregulamentação do capital, ou seja, o PPI da UNESPAR, em construção no ano de 2012, traz o reconhecimento de que o século XXI tem, na reestruturação do capitalismo, sua base para as exigências que passam a ser demandadas pelo mercado.

Nesse contexto em que os documentos de conferências internacionais aliam as políticas educacionais com a manutenção da ordem capitalista; que há um processo de desregulamentação do mercado; de desmonte da economia nacional e de flexibilização dos processos de trabalho, cresce a demanda por qualificação do trabalhador com capacidades diferenciadas das até então exigidas – a Universidade precisa posicionar-se sobre o seu papel como formadora dos sujeitos que intervêm na sociedade (PPI, 2012, p. 4).

A contextualização apresentada pelo documento inclui o argumento de que o Brasil se encontra nesse percurso e que o Estado é subsidiário das instituições particulares, mas que não pode deixar de desempenhar seu papel de organismo público, principalmente no que se refere à educação:

O Brasil tem adotado um sistema de ampliação do Ensino Superior por intermédio da subvenção pública de vagas nas universidades privadas e, desde os anos de 1990, o setor particular no Ensino Superior tem se ampliado em larga escala, muito mais que o setor público. Entretanto, a manutenção das funções do Estado nas áreas básicas, especialmente na manutenção de uma educação pública de qualidade como fator de desenvolvimento e crescimento econômico, necessariamente continua sendo uma luta constante da classe trabalhadora e de setores progressistas da sociedade. Embora hoje, na reconfiguração neoliberal, se permitam as parcerias com a sociedade civil e terceiro setor, o Estado continua possuindo um papel relevante na oferta de educação, sua manutenção e planejamento, como uma possibilidade de inserção na sociedade global e formação humana (PPI, 2012, p. 4-5).

A contextualização do PPI é concluída, ressaltando que é necessário não se deixar seduzir por esse contexto em que as inovações educacionais estão pautadas em compromissos econômicos e políticos que têm a formação como resposta às demandas do mercado.

É indispensável que a escola não se deixe seduzir pelas inovações educacionais pautadas em compromissos econômicos e políticos de formação, determinados pelos interesses de mercado, sobrepondo-se ao comprometimento com a formação de sujeitos. Ou seja, à universidade cabe oferecer conhecimentos e métodos que permitam reconhecer, no cotidiano, elementos que possam ser lidos e transformados a partir do referencial teórico apropriado no ambiente educacional formal, de forma que essa aprendizagem não seja apenas para o avanço acadêmico, e sim apresente relação com o mundo vivido (Duarte, 1999; Gentili & Silva, 2001; Sforzi, 2004) (PPI, 2012, p. 5).

É possível perceber que o processo de constituição da UNESPAR teve sua construção com base na desregulamentação do mercado e nas mudanças ocorridas no contexto do Estado e da política educacional.

Dados publicados no *site* específico dão conta que a UNESPAR é uma instituição de ensino superior pública e gratuita. Tem sua sede (prédio da Reitoria) organizada no Município de Paranavaí. Foi criada pela Lei Estadual n. 13.283, de 25 de outubro de 2001, e alterada pelas Leis Estaduais: 13.385, de 21 de dezembro de 2001; 15.300, de 28 de setembro de 2006; 17.590, de 12 de junho de 2013. É vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e Ensino Superior (SETI), através da qual tem seu orçamento próprio. Tem seu Estatuto aprovado pela Resolução/SETI n. 100/13, de 21 de novembro de 2013, que homologou o Parecer CEE/CES n. 56/13, do Conselho Estadual de Educação.

A UNESPAR tem abrangência em seis grandes regiões do Estado do Paraná: Paranavaí, que abrange 29 municípios, com uma população de 263.088 habitantes; Campo Mourão, que abrange 25 municípios e conta com 323.304 habitantes; Apucarana, que congrega nove municípios e 285.476 habitantes; União da Vitória, que abarca sete municípios, com 121.658 habitantes; Região Metropolitana de Curitiba, com 26 municípios e 3.168.980 habitantes; Paranaguá e região litorânea, com sete municípios e 256.933 habitantes.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a antiga FAFIPA, *campus* de Paranavaí, está localizada no município de Paranavaí, na região Noroeste do Paraná. Atualmente, com a nova configuração como *campus* da UNESPAR, a Unidade de Formação Acadêmica tem três centros que concentram três grandes áreas: Centro de Ciências Humanas e da Educação, e concentra os cursos de História, Pedagogia, Letras, Geografia, Matemática e Ciências Biológicas; Centro de Sociais Aplicadas, e comporta os cursos de Ciências Contábeis, Administração e Serviço Social e Direito; Centro de Ciências da Saúde, que agrega os cursos de Enfermagem e Educação Física.

### **3. O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO CAMPUS PARANAVAÍ, PARANÁ**

De acordo com o processo n. 418 de 2006, que tramitou entre FAFIPA e o Conselho Estadual da Educação do Estado do Paraná (CEE), consta no documento: “Adequação da Proposta Pedagógica do Curso de Graduação em Serviço Social - volume III”, o Curso de Serviço Social da instituição foi autorizado a funcionar pelo Parecer do CEE n. 466, de 09 de novembro de 2001. Foi homologado pela

Resolução n. 017 da SETI, de 19 de março de 2002 e pelo Decreto n. 5.629, de 30 de abril de 2002, do Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner (PFL).

Consta no documento que a principal argumentação apresentada na justificativa para a criação do curso assentou-se na carência de profissionais na região (PROCESSO 418/2006 *apud* FAFIPA - ADEQUAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, VOLUME III, 1997).

Foi elaborada uma carta-consulta pela direção da FAFIPA, no ano de 2000, que fez parte do Processo n. 618. No referido processo, a justificativa apresenta outros argumentos para a criação do curso de Serviço Social:

A implantação do Curso de Serviço Social na FAFIPA irá atender aspirações das lideranças políticas e apostar no campo da prevenção, nomeadamente em áreas como educação, saúde, habitação, justiça e segurança social. O profissional atuará no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho, dotado de formação intelectual e cultural generalista, crítica, competente e com capacidade de inserção criativa e propositiva. No Norte e Noroeste e Oeste do Estado do Paraná, as universidades estaduais públicas que ofertam o curso pretendido são a UEL e a UNIOESTE, as quais distam até mais de 200 km do município de Paranavaí (PROCESSO 618/2000, p. 2 *apud* FAFIPA - ADEQUAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, VOLUME III, 1997).

Os registros demonstram as dificuldades enfrentadas no processo de estruturação do referido curso que, até 2006, funcionou com um número reduzido de professoras (todas do sexo feminino), em regime de contrato temporário.

Tabela 1. Professoras do Curso de Serviço Social da FAFIPA de 2002 a 2006.

<b>Professoras</b>	<b>Início do contrato</b>	<b>Término do contrato</b>
Professora I	01/03/2002	31/01/2004
Professora II	01/03/2002	31/01/2004
Professora III	01/04/2003	27/02/2004
Professora IV	01/04/2003	30/03/2005
Professora V	01/05/2004	31/07/2005
Professora VI	01/05/2004	29/04/2006
Professora VII	05/04/2005	04/04/2006
Professora VIII	01/09/2005	30/04/2006



Professora IX	05/04/2005	04/04/2006
Professora X	01/08/2005	31/07/2006
Professora XI	01/09/2005	30/04/2006
Professora XII	05/04/2005	04/04/2006
Professora XIII	05/04/2005	04/04/2006
Professora IV	05/04/2005	04/04/2006

**Fonte:** Relatório de verificação e parecer sobre solicitação de reconhecimento do Curso de Serviço Social da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA, de 27 de dezembro de 2005 (nomes preservados).

Os dados evidenciam que, no ano de 2002, o curso funcionou com apenas duas professoras da área e, nos anos de 2003 e 2004, com três professoras contratadas para a função de docente. Nos anos seguintes, de 2005 a 2006, ocorreu um aumento no número, para oito professoras, todas na modalidade de contratos temporários.

De acordo com o mesmo relatório, para que houvesse o reconhecimento do curso, em 2005 o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia do Ensino Superior, através da Portaria n. 09, de 07 de novembro, indicou uma perita para analisar o currículo vigente na época. Após a visita ao local, realizada nos dias 13 e 14 de dezembro de 2005, e análise da documentação do curso, elaborou-se um relatório com informações específicas e recomendações para adequação da proposta pedagógica.

Segundo o documento, em resposta às adequações recomendadas ocorreu um processo de discussões que envolveram o corpo docente, representantes discentes e uma comissão técnica educacional com assessoria que culminou em uma nova matriz curricular para o curso.

Assim, o Diretor da Instituição da época, através do Ofício n. 029, de 30 de maio de 2006, encaminhou a Proposta Pedagógica para o Conselho Estadual de

Educação do Estado do Paraná (CEE).

Tendo em vista todos os trâmites no período, o curso de Serviço Social, da então Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí (FAFIPA), só foi reconhecido no ano de 2006, através do Decreto n. 6.897, de 11 de julho de 2006, assinado pelo Governador Roberto Requião (PMDB). O referido Decreto menciona o parecer n. 189, de 2006, do Conselho Estadual da Educação do Paraná, que levou ao reconhecimento do Curso. A Matriz Curricular elaborada pelo grupo assessorado por uma professora de outra instituição de ensino superior pública foi implantada no ano de 2007.

O Curso teve a Renovação do Reconhecimento através do Parecer n. 104, do Conselho Estadual da Educação, em 03 de agosto de 2011, e pelo Decreto do Governador do estado no Paraná, Beto Richa, n. 4.789, de 30 de maio de 2012 (UNESPAR, GUIA ACADÊMICO, 2014-2015).

De acordo com o Guia Acadêmico, como resultado das adequações que se processaram em 2006, realizou-se o primeiro concurso público na instituição, no ano de 2006. O resultado foi homologado através da portaria n. 009/2006 - DG. Foram nomeadas para assumir a docência no Curso de Serviço Social, cinco professoras efetivas.

Dois anos depois, no ano de 2008, ocorreu novo concurso público, em que foram nomeadas mais duas professoras efetivas, através do Decreto 2.995 de 2008.

Três anos depois, em 2011, ocorreu um novo concurso público em que foram aprovadas mais cinco professoras. Em um primeiro momento, assumiu somente uma professora através Decreto 6.298, de 25 de outubro de 2012.

Dois anos após o concurso, em dezembro de 2013, foram nomeadas mais três professoras através do Decreto 9.700, de dezembro de 2013.

Somente em 2014, através do Decreto 12.286, de 29 de setembro de 2014, foi nomeada a última professora aprovada no concurso realizado em 2011 e neste contexto, o corpo docente do curso de Serviço Social do *Campus* de Paranavaí foi composto exclusivamente por mulheres, sendo nove efetivas e uma na modalidade de contrato em regime especial (CRES).

Tabela 2. Docentes do Curso de Serviço Social da Unespar, *Campus Paranavaí* no ano de 2014

<b>Nome</b>	<b>Titulação</b>	<b>Efetiva ou Contrato CRESS</b>
Professora I	Doutoranda	Efetiva
Professora II	Mestre	Efetiva
Professora III	Mestre	Efetiva
Professora IV	Doutoranda	Efetiva
Professora V	Doutoranda	Efetiva
Professora VI	Mestre	Efetiva
Professora VII	Doutoranda	Efetiva
Professora VIII	Mestre	Efetiva
Professora IX	Mestre	Efetiva
Professora X	Mestre	Contratada

Fonte: UNESPAR, outubro de 2014.

De 2014 aos dias atuais, alterou-se a cada ano letivo o corpo de docentes contratados(as). Mas, o quantitativo de professoras efetivas permaneceu, alterando somente o grau de qualificação do quadro conforme abaixo:

Tabela 3. Docentes do Curso de Serviço Social da Unespar, *Campus Paranavaí* no ano de 2022

<b>Nome</b>	<b>Titulação</b>	<b>Efetiva ou Contrato CRESS</b>
Professora I	Doutora	Efetiva
Professora II	Doutora	Efetiva
Professora III	Doutora	Efetiva

Professora IV	Doutora	Efetiva
Professora V	Doutora	Efetiva
Professora VI	Doutora	Efetiva
Professora VII	Doutoranda	Efetiva
Professora VIII	Doutoranda	Efetiva
Professor IX	Doutorando	Contratado

Fonte: UNESPAR, agosto de 2022.

### **3.1 Docência no Curso de Serviço Social na UNESPAR, *campus* Paranavaí: reflexo da profissão em âmbito nacional**

Importante ressaltar que a docência no Curso de Serviço Social da UNESPAR, *Campus* Paranavaí, é reflexo da profissão do Serviço Social, que segundo Iamamoto (2009), possui um contingente profissional, hoje proveniente de segmentos médios pauperizados da sociedade, com um nítido recorte de gênero: uma categoria profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres.

A condição feminina é um dos selos da identidade desse profissional, atribuída e formada pela ideologia burguesa que marca fundamentalmente o Serviço Social como uma profissão composta por mulheres. Desde sua gênese até hoje, a composição da força de trabalho dos(as) assistentes sociais é eminentemente feminina. Essa predominância na profissão do Serviço Social em suas origens, está diretamente ligada às características enraizadas e culturalmente legitimadas ao âmbito feminino: perfil de docilidade, fragilidade e harmonia, intencionalmente construído por sociedades historicamente patriarcais para facilitar o apassivamento, a manutenção do controle e a submissão.

Essas características funcionais, durante a institucionalização da profissão no Brasil - a partir da década de 1930 -, passam a ter um significado social

reconhecido pelo Estado, sobretudo para ajuda e controle social frente ao quadro de urbanização, agudização dos conflitos capital x trabalho, presentes no cenário brasileiro daquela época. Hoje, apesar dos processos de rupturas (ou tentativas), registrados no Serviço Social, a imagem atribuída à profissão, não raras vezes, ainda carrega essa característica, seja por aqueles que procuram e ingressam na profissão, como também por aqueles que empreendem abertura de vagas para contratação de assistentes sociais.

Quiçá, seja por isso que, ainda, os espaços ocupacionais, entre eles a docência, tenham composição majoritariamente feminina. Dados do CFESS no ano de 2005, evidenciam que o quadro funcional do Serviço Social brasileiro têm composição de 97% de perfil feminino e de apenas 3% para trabalhadores do sexo masculino.

Todavia, concordando com Cisne (2012), “[...] não é por ser exercida em sua maioria por mulheres que a profissão carrega um estatuto de subalternidade, mas pelas construções sócio-históricas de uma sociedade patriarcal em torno do feminino” (CISNE, 2012, p. 22).

É necessário ter claro que o surgimento da profissão está ligado diretamente aos apelos do sistema capitalista, mas tem raízes na cultura burguesa católica e assistencialista. Essa influência fez e ainda faz emergir um contingente de profissionais do gênero feminino que tem predomínio, mesmo atualmente.

É importante salientar ainda, que as mudanças processadas desde 1970 ocorrem no âmbito do sistema denominado por Cisne (2012) de racista-patriarcal-capitalista, que opera diretamente no aprofundamento das desigualdades de classe, gênero, raça e etnia e, obviamente, das relações sociais, na divisão social e sexual do trabalho e na divisão do saber e do poder entre homens e mulheres, portanto, atinge a docência na área.

Entende-se que o trabalho docente em Serviço Social, permeado por todas essas variáveis, acaba por reforçar a ideologia patriarcal capitalista, pois, embora muito se discuta nos cursos de Serviço Social, a exploração capitalista, não existe a obrigatoriedade da abordagem sobre as questões de gênero e sobre a opressão patriarcal, que é vigente.

De acordo com Lima (2014), o enfoque sobre as desigualdades entre homens e mulheres, adquiriu certa importância nas Diretrizes Curriculares (DCs) para os cursos de Serviço Social, que foram aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996, pois, a partir de então, passou a ser considerado que tais discussões devem perpassar a formação profissional<sup>6</sup>.

Em concordância com Lima (2014), é possível ressaltar que discussões relacionadas à questão de gênero, bem como de classe, raça/etnia e orientação sexual precisam ser incorporadas efetivamente ao processo de formação profissional. Cabe mencionar Lima quando afirma:

[...] o Serviço Social – como profissão predominantemente feminina, com público usuário majoritariamente feminino e com ações voltadas para as expressões da questão social mediatizadas por questões de classe social, gênero, raça/etnia e orientação sexual – precisa, necessariamente, ter um processo de formação profissional que considere tais questões como fundamentais, e não simplesmente como discussões acessórias que não têm verdadeiras centralidade no processo de formação profissional (LIMA, 2014, p. 55).

Compreende-se que esse direcionamento precisa ser incorporado de fato por organismos como a Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), pelo Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (Conjunto CEFESS/CRESS), por outras associações que representam a profissão, pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e Movimentos Estudantis de base, bem como passar a fazer parte dos Currículos Plenos em cada Instituição onde o curso encontra-se em funcionamento.

Deve-se ter claro que nem mesmo essas medidas garantiriam um processo de formação profissional que de fato incorporasse questões como classe social, raça/etnia, gênero, diversidade sexual e outros, principalmente porque não se sabe exatamente o perfil político-ideológico de todos os professores e professoras da área. Além disso, existe muitos cursos em funcionamento nas universidades privadas e a distância, o que poderia pulverizar ainda mais discussões

---

6 O projeto de formação profissional do Serviço Social elaborado pela ABEPSS em 1996 e revisto em 1999, expressa-se, segundo Moreira e Caputi (2016, p. 98), como “sustentáculo ético e político para a Formação Profissional na perspectiva de intenção de ruptura, tendo como referência a teoria social de Marx [...]”. A adoção de uma teoria social crítica permite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade e, da mesma forma, estabelece as dimensões investigativas e interventivas como princípios formativos e condições da formação profissional.

fundamentais, porque eles precisam atender prontamente ao mercado educacional em curso.

Acredita-se, todavia, que com a incorporação nos currículos, tais discussões passariam a ser obrigatórias e, em algum momento da formação profissional, seriam abordados.

Assim, a questão da divisão sexual do trabalho e suas expressões na profissão e no trabalho docente em Serviço Social passariam a ser compreendidas com mais clareza, para que houvesse maiores possibilidades de se pensar ferramentas que contribuíssem para o enfrentamento das desigualdades presentes nas relações sociais de sexo e de classe, raça e etnia no contexto da profissão e fora dele.

Em 2022, o dia nacional do(a) Assistente Social, comemorado no dia 15 de maio, teve como lema “Em defesa das liberdades democráticas. Trabalhadoras do Brasil: somos e lutamos com elas”, como forma de valorização da categoria majoritariamente feminina no país. Na divulgação da campanha, o CFESS reitera dados do contingente feminino na profissão ao retratar que o país “possui mais de 200 mil profissionais, sendo a grande maioria (90%) composta por mulheres em sua diversidade: negras, indígenas, brancas, quilombolas, periféricas, com deficiências, lésbicas, bissexuais, cis e trans, das cidades e do campo” (CFESS, 2022).

Em consonância as diretrizes do CFESS no ano de 2022, o Curso de Serviço Social da UNESPAR/Campus Paranavaí, vem realizando discussões sobre questões de gênero e sexualidade. A VII Jornada de Serviço Social terá como pauta principal o tema proposto pelo conjunto CFESS/CRESS.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa evidenciou que as expressões da marca feminina na profissão e na docência nos Cursos de Serviço Social, são frutos reais da contradição capital/trabalho, e que é preciso reconhecer, que esse fenômeno, tem raízes

profundas no sistema patriarcal. Portanto, é resultado também da dominação hegemonicamente masculina como forma de expressão da sociedade.

Esse sistema de dominação patriarcal e de exploração capitalista pretensamente disseminou a desigualdade entre homens e mulheres, que gerou e gera relações de poder que são legitimadas pela sociedade e tem reflexo em diferentes âmbitos, incluindo a educação e conseqüentemente a universidade e o trabalho docente.

Particularmente no trabalho docente no Serviço Social na UNESPAR, no *campus* de Paranavaí, as expressões da marca feminina na profissão estão presentes. É possível concluir que tais expressões operam no concreto das relações estabelecidas na universidade e no trabalho docente.

Compreende-se, então, que somente através de um projeto coletivo, que seja organicamente pensado e repensado, poder-se-á encontrar alternativas para de fato contrapor-se ao projeto capitalista/patriarcal vigente na sociedade.

## REFERÊNCIAS

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CFESS (org.) **Assistentes sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília, DF: CFESS, 2005. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas\\_edicaovirtual2006.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf). Acesso em 18 jan. 2020.

CFESS. **Dia do/a Assistente Social 2022**. CFESS, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/dia-doa-assistente-social>. Acesso em 30 set. 2020.

FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ - FAFIPA. **Adequação da Proposta Pedagógica do Curso de Serviço Social**. Volume III. Paranavaí, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na cena contemporânea. In: **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p.15-50.



LIMA, Rita de Lourdes de. Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações. In. **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 117. Exercício profissional e produção do conhecimento - Janeiro/março/ 2014. São Paulo. Cortez Editora, 2014.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier; CAPUTI, Lesliane. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social. In: **Temporalis**, Brasília, DF, v. 16, n. 32, dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14006>. Acesso em 10. maio 2022.

PARANÁ. Decreto nº 2.995. **Autoriza a nomeação de professores para a Faculdade Estadual de Educação Ciências de Letras de Paranavaí.** Governo do Estado do Paraná. Curitiba, 2008.

PARANÁ. Decreto nº 6.298. **Autoriza a nomeação de professores para a Faculdade Estadual de Educação Ciências de Letras de Paranavaí.** Governo do Estado do Paraná. Curitiba, 25 de outubro de 2012.

PARANÁ. Decreto nº 9.700. **Autoriza a nomeação de professores para a Faculdade Estadual de Educação Ciências de Letras de Paranavaí.** Governo do Estado do Paraná. Curitiba, dezembro de 2013.

PARANÁ. Decreto nº 12.286. **Autoriza a nomeação de professores para a Faculdade Estadual de Educação Ciências de Letras de Paranavaí.** Governo do Estado do Paraná. 29 de setembro de 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016.** Elaborado pelo Grupo de Trabalho de Redação do PDI-UNESPAR. (Designado pela Resolução nº 093/2011-GS/SETI).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR. **Estatuto da UNESPAR.** Versão atualizada. (Sem data).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR. **Guia Acadêmico 2014-2015.** *Campus Paranavaí.* 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR. **Projeto Político Institucional.** Maio de 2012. (Aprovado pelo Conselho Universitário Provisório em 21 de maio de 2012).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR. Portaria 169/2014 - Reitoria UNESPAR. **Nomeia membros do Conselho do Centro de Área de Ciências Sociais Aplicadas, do Campus de Paranavaí, da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR.** 2014.